



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568720 - SC (2020/0074561-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RENATA MOURA TUPINAMBÁ - RJ196895
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : FERNANDO DE SOUZA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **FERNANDO DE SOUZA SILVA** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 3 meses e 20 dias de detenção, pela prática do delito descrito no art. 24-A da Lei 11.340/2006, c/c art. 61, I e art. 65, III, 'd', ambos do Código Penal, em continuidade delitiva, por duas vezes, e a 3 anos e 1 mês de reclusão, pelo crime previsto no art. 148, § 2º, c/c art. 61, I e II, 'f', ambos do Código Penal, tendo sido fixado o regime inicial semiaberto para ambas as reprimendas corporais (e-STJ, fls. 45-54).

Interposta apelação, a Corte Estadual negou provimento ao recurso da defesa, mantendo a sentença condenatória por seus próprios fundamentos. O aresto restou assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL QUE DEFERE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (ART. 24-A DA LEI N. 11.340/06) E CÁRCERE PRIVADO QUALIFICADO (ART. 148, § 2º, DO CÓDIGO PENAL). SENTENÇA CONDENATÓRIA. RECURSO DA DEFESA.

DESCUMPRIMENTO DA MEDIDA PROTETIVA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DEMONSTRAÇÃO INEQUÍVOCA DA MATERIALIDADE E AUTORIA DOS CRIMES. PALAVRAS DA VÍTIMA UNÍSSONAS E COERENTES. CONSENTIMENTO NÃO VERIFICADO E, AINDA QUE PRESENTE, NÃO TERIA O CONDÃO DE AFASTAR A ILICITUDE DA CONDUTA. CONDENAÇÃO PRESERVADA.

CÁRCERE PRIVADO QUALIFICADO PELO SOFRIMENTO MORAL E FÍSICO. PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. AGENTE QUE, NA QUALIDADE DE EX-COMPANHEIRO, PRIVA A VÍTIMA DE SUA LIBERDADE POR SIGNIFICATIVO PERÍODO DE TEMPO. AMEAÇAS E AGRESSÕES DEVIDAMENTE COMPROVADAS. DOLO EVIDENCIADO. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA A FORMA SIMPLES DO DELITO IMPOSSÍVEIS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO." (e-STJ, fl. 117).

Neste *writ*, o impetrante sustenta que não deve prevalecer o aumento da pena-base em razão do reconhecimento dos maus antecedentes do paciente, uma vez que, nos termos do entendimento do Supremo Tribunal Federal, "o prazo depurador de cinco anos previsto no art. 64, inc. I, do Código Penal impede o reconhecimento tanto da reincidência quanto dos maus antecedentes" (e-STJ, fl. 7).

Pugna, liminarmente, pela suspensão dos efeitos da condenação em relação aos excessos de pena ora impugnados e, no mérito, pelo afastamento dos maus antecedentes como circunstância judicial desfavorável, com a readequação da pena imposta ao paciente.

Indeferida a liminar (e-STJ, fl. 225), o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento da ordem ou por sua denegação (e-STJ, fls. 228-230).

É o relatório.

Decido.

Em consulta à base de dados processuais desta Corte, verifica-se que este *habeas corpus* traz pedido igual ao deduzido no HC567.666/SC e se insurge contra o mesmo acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (Apelação Criminal 0007896-07.2018.8.24.0039).

Desse modo, tratando-se de reiteração de processo anteriormente impetrado perante esta Corte, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator